



PODER EXECUTIVO

DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura de Cruzeiro do Iguaçu



VOLUME 1, Nº 11/2024, CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR, QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2024 EDIÇÃO DE HOJE: 19
PÁGINAS

SUMÁRIO

LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 2

PUBLICAÇÕES

OUTRAS PUBLICAÇÕES

DECISÃO RECURSO 3

DECISÃO RECURSO 9

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 015-2024 14

RESOLUÇÃO 016-2024 15

RESOLUÇÃO 017-2024 16

RESOLUÇÃO 018-2024 17

RESOLUÇÃO 019-2024 18



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/>, código: DOM-220820242224

Documento assinado digitalmente conforme MP no -
2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 98/2024

ESPÉCIE:	CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU. PREGÃO ELETRONICO Nº 078/2023 CALGAN EDITORA GRAFICA LTDA CNPJ: 04.261.548/0001-46
OBJETO:	PREGÃO ELETRONICO para contrato de empresa especializada no fornecimento de produtos de gráfica, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR	
TOTAL:	R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais)
PRAZO:	Até: 29/08/2025
DOTAÇÃO:	33.90.30.0000-Material de consumo



OUTRAS PUBLICAÇÕES

DECISÃO RECURSO

**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**

-----ESTADO DO PARANÁ-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

**PEDIDO DE RECURSO**

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 062/2024

IMPUGNANTE: EMERSON SALVAGNI LTDA.

Assunto: Recurso interposto pela empresa EMERSON SALVAGNI LTDA, inerente a classificação das empresas TRANS LIMP MEZZALIRA TRANSPORTES LTDA e FERTISOL-FERTILIZANTES SUDOESTE ORGANO MINERAL LTDA no Pregão Eletrônico nº. 062/2024, que tem como objeto “(...) aquisição de insumos (...)”.

Recebida a impugnação foi encaminhado ao Jurídico, sendo apresentado Parecer jurídico 013 /2024 – Geral, Impugnações e Recursos”, onde consta relatório dos fatos, **concluindo pela improcedência** da impugnação, assim dispondo:

Nos foi solicitado análise e posterior parecer jurídico quanto ao recurso administrativo interposto pela empresa EMERSON SALVAGNI LTDA, inerente a classificação das empresas TRANS LIMP MEZZALIRA TRANSPORTES LTDA e FERTISOL-FERTILIZANTES SUDOESTE ORGANO MINERAL LTDA no Pregão Eletrônico nº. 062/2024, que tem como objeto “(...) aquisição de insumos (...)”, cujo certame ocorreu na data de 09/08/2024.

A recorrente apresentou recurso em razão da classificação das empresas TRANS LIMP MEZZALIRA TRANSPORTES LTDA e FERTISOL-FERTILIZANTES SUDOESTE ORGANO MINERAL LTDA, alegando em síntese que as mesmas não possuem registro do produto e da empresa no MAPA.

Em síntese, estes são os fatos e argumentos, decorrente do respectivo recurso apresentado, sendo que após a análise e estudada a matéria correlata, passo a opinar, posicionando no seguinte sentido:

FUNDAMENTAÇÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/>, código: DOM-220820242224

Documento assinado digitalmente conforme MP no -
2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



O recurso apresentado entendo que é tempestivo, bem como constou em ata a intenção de interpor recurso.

A recorrente alega que as empresas TRANS LIMP MEZZALIRA TRANSPORTES LTDA e FERTISOL-FERTILIZANTES SUDOESTE ORGANO MINERAL LTDA não possuem registro do produto e da empresa no MAPA.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 5.º da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Isto posto, passo à análise do mérito.

Forçoso se faz mencionar que esta Instituição, através de sua equipe de Pregoeiros preza pela utilização de todos os princípios balizadores das contratações públicas, e que não se utiliza somente de um em detrimento dos demais.

Analizando os documentos apresentados para habilitação das empresas TRANS LIMP MEZZALIRA TRANSPORTES LTDA e FERTISOL-FERTILIZANTES SUDOESTE ORGANO MINERAL LTDA, não assiste razão à Recorrente. A empresa recorrida apresentou todos os documentos necessários, solicitados no edital.

De acordo com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, são princípios expressos da licitação: legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, **da razoabilidade**, da competitividade, da proporcionalidade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável.

Dentre eles, destaca-se os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da economicidade, onde a Administração Pública deve conduzir a licitação de acordo com o constante no edital, na economia para a administração, bem como demais princípios citados.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



Observa-se nos documentos anexados, que a empresa Recorrida cumpriu todas as exigências do edital, e ainda, apresentou proposta mais vantajosa.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um erro formal, no caso acima, um erro de soma, constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

Marçal Justem Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

Nota-se que eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame.

Cumpra esclarecer ainda que existe uma diferença entre o objeto solicitado no edital, e a alegação da empresa Recorrente, vez que **objeto desta licitação não se trata de fertilizantes, corretivos e inoculantes, e sim de adubo.** Existe uma diferença entre adubo e fertilizantes. Veja-se:

- O adubo é um material orgânico que melhora as características do solo, enquanto os fertilizantes são substâncias minerais que fornecem nutrientes para as plantas.
- O adubo tem uma ação mais lenta e duradoura, enquanto os fertilizantes têm uma ação mais rápida e pontual.
- O adubo tem uma composição mais variável e menos concentrada, enquanto os fertilizantes têm uma composição mais definida e mais concentrada.
- O adubo pode ser produzido na própria propriedade, aproveitando os resíduos orgânicos, enquanto os fertilizantes devem ser comprados de fornecedores especializados.

Derivado de matéria orgânica, o adubo é um composto natural que auxilia na nutrição do solo. Já o fertilizante nutre a parte visível da planta.

Sendo assim, ambos oferecem propriedades parecidas, mas agem de modo diferente: o adubo age no solo e o fertilizante age na superfície da planta. Essa é a diferença entre adubo e fertilizante.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU****ESTADO DO PARANÁ**

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



Conclui-se dessa forma, que o objeto desta licitação não trata-se de fertilizantes.

Acerca da alegação de que não houve resposta à impugnação apresentada, a mesma não prospera, visto que houve sim resposta, conforme parecer jurídico 10/2024, correspondente ao pregão eletrônico nº. 58/2024, vez que é o mesmo objeto, porém, cancelado por erro de publicação.
<https://cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/upload/licitacoes/92953091721060452.pdf>

CONCLUSÃO

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende esta Procuradora Jurídica improcedente o recurso apresentado pela recorrente.

Este é meu entendimento jurídico. É o parecer.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

**CONCLUSÃO PREGOEIRA**

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende está com fulcro no parecer jurídico 013/2024 que o Recurso é improcedente apresentado pela recorrente,

Dê ciência à Impugnante, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei. Em atenção, da Lei 14.133/2021, encaminham-se os autos ao Senhor prefeito municipal, para sua análise e superior decisão.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.

Sirlei da Rocha
Pregoeira



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Pregão eletrônico nº. 062/2024

RECORRENTE: EMERSON SALVAGNI LTDA.

OBJETO: Recurso referente a licitação, modalidade Pregão eletrônico nº 062/2024.

Em análise aos fatos e documentos encartados no processo, diante a análise jurídico do parecer 013/2024 o qual entende ser improcedente, sendo a Procuradora o qual detém o conhecimento jurídico, bem como, diante da decisão da Pregoeira da comissão, a qual é responsável pelo certame que também entende ser improcedente o recurso apresentado, e encaminhamento para seguimentos dos demais atos do certame.

Comunique-se a recorrente e o recorrido da decisão tomada, bem como aos demais interessados.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.

LEONIR ANTONIO GELHEN
Prefeito Municipal



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/>, código: DOM-220820242224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº -
2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

DECISÃO RECURSO

**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**

-----ESTADO DO PARANÁ-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

**PEDIDO DE RECURSO**

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 062/2024

IMPUGNANTE: MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA.

Assunto: Recurso interposto pela empresa MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA, inerente a classificação da empresa CULTIVALE COMÉRCIO LTDA no Pregão Eletrônico nº. 062/2024, que tem como objeto “(...) aquisição de insumos (...)”.

Recebida a impugnação foi encaminhado ao Jurídico, sendo apresentado Parecer jurídico 014 /2024 – Geral, Impugnações e Recursos”, onde consta relatório dos fatos, **concluindo pela improcedência** da impugnação, assim dispondo:

Nos foi solicitado análise e posterior parecer jurídico quanto ao recurso administrativo interposto pela empresa MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA, inerente a classificação da empresa CULTIVALE COMÉRCIO LTDA no Pregão Eletrônico nº. 062/2024, que tem como objeto “(...) aquisição de insumos (...)”, cujo certame ocorreu na data de 09/08/2024.

A recorrente apresentou recurso em razão da classificação da empresa CULTIVALE COMÉRCIO LTDA, alegando em síntese que a mesma necessita de autorização para venda do produto.

Em síntese, estes são os fatos e argumentos, decorrente do respectivo recurso apresentado, sendo que após a análise e estudada a matéria correlata, passo a opinar, posicionando no seguinte sentido:

FUNDAMENTAÇÃO

O recurso apresentado entendo que é tempestivo, bem como constou em ata a intenção de interpor recurso.

A recorrente alega que empresa CULTIVALE COMÉRCIO LTDA, alegando em síntese que a mesma necessita de autorização para venda do produto.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



Preliminarmente, cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 5.º da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Isto posto, passo à análise do mérito.

Forçoso se faz mencionar que esta Instituição, através de sua equipe de Pregoeiros preza pela utilização de todos os princípios balizadores das contratações públicas, e que não se utiliza somente de um em detrimento dos demais.

Analisando os documentos apresentados para habilitação da empresa CULTIVALE COMÉRCIO LTDA, não assiste razão à Recorrente. A empresa recorrida apresentou todos os documentos necessários, solicitados no edital.

De acordo com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, são princípios expressos da licitação: legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, **da razoabilidade**, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável.

Dentre eles, destaca-se os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da economicidade, onde a Administração Pública deve conduzir a licitação de acordo com o constante no edital, na economia para a administração, bem como demais princípios citados.

Observa-se nos documentos anexados, que a empresa Recorrida cumpriu todas as exigências do edital, e ainda, apresentou proposta mais vantajosa.

O afastamento de uma contratação mais vantajosa pelo simples fato de existir um erro formal, no caso acima, um erro de soma, constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU****ESTADO DO PARANÁ**

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



Marçal Justem Filho, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

Nota-se que eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame.

CONCLUSÃO

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende esta Procuradora Jurídica improcedente o recurso apresentado pela recorrente.

Este é meu entendimento jurídico. É o parecer.



**MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**-----**ESTADO DO PARANÁ**-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44

**CONCLUSÃO PREGOEIRA**

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende está com fulcro no parecer jurídico 014/2024 que o Recurso é improcedente apresentado pela recorrente,

Dê ciência à Impugnante, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei. Em atenção, da Lei 14.133/2021, encaminham-se os autos ao Senhor prefeito municipal, para sua análise e superior decisão.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.

Sirlei da Rocha
Pregoeira





MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

-----ESTADO DO PARANÁ-----

Fone: (46) 3572-8000 Av. 13 de maio, 906 – 85598-000
Cruzeiro do Iguaçu – PR - CNPJ 95.589.230/0001-44



DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão eletrônico nº. 062/2024

RECORRENTE: empresa MERCOSUL AGRONEGÓCIOS LTDA.

OBJETO: Recurso referente a licitação, modalidade Pregão eletrônico nº 062/2024.

Em análise aos fatos e documentos encartados no processo, diante a análise jurídico do parecer 014/2024 o qual entende ser improcedente, sendo a Procuradora o qual detém o conhecimento jurídico, bem como, diante da decisão da Pregoeira da comissão, a qual é responsável pelo certame que também entende ser improcedente o recurso apresentado, e encaminhamento para seguimentos dos demais atos do certame.

Comunique-se a recorrente e o recorrido da decisão tomada, bem como aos demais interessados.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.

LEONIR ANTONIO GELHEN
Prefeito Municipal



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 015-2024

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 015/2024

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação da prestação de contas do primeiro semestre de 2024, do Incentivo para Fortalecimento aos Conselheiros Tutelares do Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1228/2018. Considerando a plenária sobre pauta apresentada e discutida em reunião ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovado a Prestação de Contas Final do Incentivo para o Fortalecimento aos Conselheiros Tutelares do primeiro semestre do ano de 2024.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.


Simoni Gregolon Grassi
PRESIDENTE CMDCA



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 016-2024**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR****RESOLUÇÃO CMDCA Nº 016/2024**

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação da prestação de contas Apoio e fortalecimento ao acompanhamento Intersetorial às Famílias com gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade- Primeira Infância do Segundo semestre de 2023, do Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1228/2018. Considerando a plenária sobre pauta apresentada e discutida em reunião ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovado a Prestação de Contas Parcial do Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade- Primeira Infância, do segundo semestre do ano de 2023.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.


Simoni Gregolon Grassi
PRESIDENTE CMDCA



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 017-2024

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 017/2024

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação da prestação de contas Apoio e fortalecimento ao acompanhamento Intersetorial às Famílias com gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade- Primeira Infância do Primeiro semestre de 2024, do Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1228/2018. Considerando a plenária sobre pauta apresentada e discutida em reunião ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovado a Prestação de Contas Parcial do Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade- Primeira Infância, do primeiro semestre do ano de 2024.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.


Simoni Gregolon Grassi
PRESIDENTE CMDCA



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 018-2024**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR****RESOLUÇÃO CMDCA Nº 018/2024**

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação da prestação de contas final Incentivo Atenção à Criança e Adolescente do Primeiro semestre de 2024, do Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1228/2018. Considerando a plenária sobre pauta apresentada e discutida em reunião ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovado a Prestação de Contas final do Incentivo Atenção à Criança e Adolescente do Primeiro semestre do ano de 2024.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.


Simoni Gregolon Grassi
PRESIDENTE CMDCA



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO 019-2024**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR****RESOLUÇÃO CMDCA Nº 019/2024**

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação da prestação de contas final do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos do Primeiro semestre de 2024, do Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do Município de Cruzeiro do Iguaçu, PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1228/2018. Considerando a plenária sobre pauta apresentada e discutida em reunião ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Aprovado a Prestação de Contas final do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos do Primeiro semestre do ano de 2024.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu, 29 de agosto de 2024.


Simoni Gregolon Grassi
PRESIDENTE CMDCA





Diário Oficial

z

Av. 13 de Maio, 906 - Centro - Cruzeiro do Iguaçu / PR - CEP: 85598-000
E-mail: diariooficial@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br - Fone: (77) 3455-2588

www.diariooficial.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br

Leonir Antônio Gelhen

Prefeito

DIAGRAMAÇÃO, PUBLICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DIGITAL



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<https://diariooficial.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/>, código: DOM-220820242224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.